



Anvisa deu aval para vacinação de crianças, e Sociedade Pediátrica fez manifesto a favor, mas ministério resiste em iniciar campanha

12 estados e o DF não vão exigir prescrição

» MARIA EDUARDA CARDIM

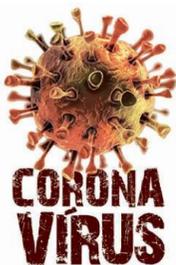
Mesmo que o Ministério da Saúde defenda que a vacinação contra a covid-19 de crianças de 5 a 11 anos só ocorra mediante apresentação de prescrição médica e termo de consentimento assinado pelos pais, diversos estados e municípios começaram a se manifestar contra a medida, afirmando que não condicionarão a imunização do grupo pediátrico a nenhum documento, uma vez que a qualidade e a segurança da vacina da Pfizer, a única autorizada para ser aplicada neste público, foi atestada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 16 de dezembro.

Quem também se manifestou foi a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). A entidade afirmou que as mortes da população pediátrica por covid-19 não estão "em patamares aceitáveis" e defendeu a

vacinação de crianças. Em manifesto, a SBP pede pela "urgente implementação de estratégias" para reduzir risco de complicações, hospitalizações e mortes do público infantojuvenil pela doença.

"Infelizmente, as taxas de mortalidade e de letalidade em crianças no Brasil estão entre as mais altas do mundo".

Ao menos 13 unidades da Federação já se manifestaram contrárias ao posicionamento do governo federal. São eles: Acre, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. O secretário de Saúde estadual capixaba, Nécio Fernandes, disse que irá seguir o posicionamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que informou na sexta-feira "não ser necessário nenhum documento médico". "Nossa posição é clara. Vacina para doença infectocontagiosa é estratégia de saúde coletiva, não é atividade de prescrição ambulatorial", pontuou a entidade.



Agência Saúde/Divulgação



Supremo deu cinco dias para governo federal explicar exigência

No Distrito Federal, as crianças tampouco vão precisar apresentar receita médica para se vacinar contra a covid-19. A decisão foi confirmada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) ao **Correio**. "Vamos aguardar a disponibilidade das vacinas", comentou o chefe do Executivo local sobre os detalhes da vacinação dos pequenos.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), disse que, na

cidade, "não vai precisar de atestado para vacinar crianças", escreveu em seu perfil no Twitter. O prefeito citou o primeiro parágrafo do artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que indica como "obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias". O Ministério da Saúde contraria o texto do ECA ao indicar que a imunização não seja compulsória.

Em razão da sugestão do Ministério da Saúde, que ainda aguarda conclusão de uma consulta pública (**leia ao lado**) para se manifestar oficialmente sobre a imunização do grupo pediátrico, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski deu um prazo de cinco dias, na sexta, para que o governo federal dê explicações sobre a decisão de permitir a vacinação apenas sob prescrição.

O pedido do STF veio após o partido Rede Sustentabilidade solicitar a Lewandowski uma decisão obrigando a Saúde a fornecer imediatamente vacinas contra o coronavírus para crianças de 5 a 11 anos, independentemente de prescrição médica ou de qualquer outro obstáculo. "Quantas crianças brasileiras contrairão covid-19 e virão a óbito ou sofrerão com as graves consequências dessa doença pela falta do devido acesso às vacinas já produzidas com base na ciência e que já salvaram um sem número de pessoas de outras faixas etárias?", questionou o partido ao Supremo.

*Colaboraram Pedro Marra e Fernanda Strickland

» Plataformas e app instáveis

No mesmo dia em que abriu a consulta pública sobre vacinação contra a covid-19 de crianças, o Ministério da Saúde precisou alterar a plataforma na qual o questionário estava sendo feito "devido ao grande interesse da população". "Foi necessária a migração para a plataforma Gov.br, que já possui a base do cadastro dos brasileiros", informou a pasta. No entanto, o **Correio** tentou acessar a nova plataforma, mas não obteve sucesso. A consulta pública ficará aberta até dia 2 de janeiro. A Saúde anunciou, ontem, também, que uma nova versão do aplicativo ConecteSUS está disponível nas lojas Android e iOS para smartphones. De acordo com a pasta, a atualização do app não apresenta instabilidade. No entanto, ao tentar atualizar a plataforma, usuários não identificaram as novas versões.

Assine, ganhe e presenteie.

O fim de ano do Correio está cheio de vantagens. Você assina, ganha um brinde especial e ainda poderá presentear uma pessoa querida com outra assinatura digital.

Impresso Fim de Semana
+ Digital Todos os Dias // Anual



Ganhe:

Um brinde especial

+
Uma Assinatura Digital
Todos os Dias (Anual)
para presentear

Impresso e Digital
Todos os Dias // Anual



Ganhe:

Um brinde especial

+
Uma Assinatura Digital
Todos os Dias (Anual)
para presentear

Modalidades:

CORREIO BRAZILIENSE



Acesse o
QR Code e
assine agora

Central de Atendimento: (61) 3342-1000
WhatsApp: (61) 99966-6772

A campanha é destinada a qualquer pessoa física ou jurídica, residente e domiciliada no Distrito Federal ou Entorno, acima de 18 anos, interessada em se tornar assinante do jornal Correio Braziliense nas modalidades: Fim de Semana Impresso + Digital Todos os Dias Anual ou Impresso Segunda a Domingo + Digital Todos os Dias Anual. O novo assinante deverá efetivar a assinatura do jornal Correio Braziliense em uma das modalidades previstas, efetuar o pagamento da primeira parcela e estar com a assinatura ativa para receber o brinde. Imagens meramente ilustrativas. A campanha é válida para o período de 17/12/2021 a 09/01/2022 ou enquanto durarem os estoques de brindes. Para mais informações, entre em contato com a Central de Atendimento: (61) 3342-1000.